

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006.
(Valores expressos em milhares de Reais)**

1. Contexto operacional

A Elekeiroz é uma empresa controlada pela Itausa - Investimentos Itaú S.A., e conta com duas unidades industriais: uma em Camaçari – BA. e uma no estado de São Paulo, na cidade de Várzea Paulista, onde está sua sede.

A companhia tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação, exportação, bem como a participação em outras sociedades.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, seguindo princípios, métodos e critérios uniformes em relação aqueles adotados no encerramento do último exercício social.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas conforme o regime contábil de competência. A provisão para imposto de renda é constituída incluindo a parcela relativa a incentivos fiscais, sendo a redução deste tributo creditada diretamente a reserva de capital específica.

b) Aplicações Financeiras

Estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de possíveis perdas.

d) Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, não excedendo os valores de mercado, não existindo estoques obsoletos (Nota 7).

e) Investimentos

O investimento em empresa controlada foi avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável (Nota 11).

f) Imobilizado e Depreciação

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, incluindo os juros incorridos durante a construção.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas compatíveis com o prazo de vida útil dos bens. Para os equipamentos e instalações utilizados diretamente no processo produtivo é utilizado o método das unidades produzidas levando em consideração a vida útil econômica dos bens (Nota 12).

g) Diferido

Contém os gastos diferidos referentes à organização e expansão das unidades industriais e planos de melhorias e desenvolvimento de sistemas de gestão corporativa, amortizados linearmente a taxas de 10% e 20% ao ano (Nota 13).

h) Ágio a amortizar

Refere-se ao ágio apurado na aquisição de empresas controladas. Sua amortização está sendo realizada de acordo com as projeções de resultados dos negócios que lhes deram origem (Nota 13).

i) Direitos e Obrigações

Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço (Nota 15).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A Contribuição Social Sobre o Lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

A Companhia é beneficiária de redução parcial do Imposto de Renda sobre os resultados operacionais da sua base produtiva de Camaçari – BA no percentual de 75% até 31 de dezembro de 2015 (Nota 9 a).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos estão apresentados no Realizável a Longo Prazo e no Exigível a Longo Prazo (Nota 9 b).

k) Provisão para Manutenção

Para atender a deliberação CVM 489/2005, que aprovou a NPC 22 do IBRACON, interpretada pela IT 01/2006, a companhia alterou a prática de constituir provisão para manutenção das suas unidades industriais.

l) Depósitos Judiciais, Provisão para Impostos e Contribuições e Provisão para Contingências

Em decorrência da adoção da Deliberação CVM nº 489/05, os depósitos judiciais estão reclassificados para o passivo como redutores das contas “provisão para impostos e contribuições” e “provisão para contingências” (Nota 17).

m) Informações suplementares

A companhia está apresentando, como informação suplementar:

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto – elaborado de acordo com a NPC nº 20 do IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil). (Anexo 1).

Demonstração do valor adicionado - elaborado de acordo com os Pareceres de Orientação nºs 15/87 e 24/92 e Ofício Circular CVM nº 01/00 emitidos pela CVM. O Modelo utilizado é o proposto pela NBCT nº 3.7 do Conselho Federal de Contabilidade, e apresenta o valor da riqueza criada pela Empresa e a forma como ela foi distribuída entre empregados, governo, financiadores externos e acionistas. (Anexo 2).

4. Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a controlada Castletown Trading S.A. e foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários - que requerem a eliminação:

- a) dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

Informações resumidas sobre as demonstrações contábeis da controlada:

CASTLETOWN TRADING S.A.	Dez/2007	Dez/2006
ATIVO		
Circulante	1.208	1.462
Total do Ativo	1.208	1.462
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante	53	61
Patrimônio Líquido	1.155	1.401
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.208	1.462
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	(5)	(10)
Lucro (Prejuízo) do Período	(5)	(10)

5. Disponível/Aplicações

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006	Dez/2007	Dez/2006
Caixa	25	11	25	11
Contas Bancárias	1.242	1.060	1.244	1.063
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	70.632	39.869	70.632	39.869
Total	71.899	40.940	71.901	40.943

6. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006	Dez/2007	Dez/2006
Clientes no País	86.207	66.736	86.207	66.736
Clientes no Exterior	26.744	40.578	26.745	40.579
Descontos Cambiais	(11.076)	(5.736)	(11.076)	(5.736)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.603)	(892)	(1.603)	(892)
Total	100.272	100.686	100.273	100.687

7. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006
Produtos Acabados	40.211	29.799
Matérias Primas, Auxiliares e Embalagens	36.214	26.728
Materiais Diversos	11.587	11.937
Total	88.012	68.464

8. Créditos Tributários e Impostos a Recuperar

	Controladora e Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006
Impostos a recuperar / compensar		
Contribuição Social Sobre Lucro	209	302
Imposto de Renda	491	816
ICMS a compensar sobre aquisições de ativos	2.758	3.080
Créditos acumulados de ICMS Camaçari	42.045	32.511
Créditos acumulados de ICMS exportação Camaçari	37.416	25.423
(-) Provisão para perdas créditos ICMS Camaçari	(19.873)	(5.805)
Créditos acumulados de Pis e Cofins	830	2.646
Créditos acumulados de Pis e Cofins sobre aquisições de ativos	1.526	2.101
Outros	215	551
Total	65.617	61.625
Demonstrado como:		
Ativo Circulante	8.339	22.657
Ativo Realizável a Longo Prazo	57.278	38.968

A companhia vem acumulando créditos de ICMS em sua unidade de produção na Bahia em função: das exportações que por lá realiza, de vendas ao mercado local para empresas beneficiadas com diferimento desse tributo naquele estado, e das vendas para fora daquele estado com alíquotas interestaduais menores do que as internas que são pagas nas compras de insumos.

Estão em andamento várias ações para buscar a melhora da realização destes créditos:

- Reestruturação da logística das operações;
- Atuação política junto ao governo do estado da Bahia, diretamente e através do COFIC – Comitê de Fomento Industrial de Camaçari – pleiteando alterações na legislação de ICMS daquele estado que eliminem o acúmulo destes créditos e abram diversas alternativas para aproveitamento dos créditos existentes. Essas mudanças são fundamentais para restaurar a competitividade que vêm sendo perdida progressivamente pelas empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari, justamente por deficiência dessa legislação.
- Utilização destes créditos para pagamentos de débitos de ICMS da própria empresa
- Obtenção de autorização legal para comercialização mais eficaz destes créditos junto a terceiras empresas devedoras desse tributo.

Ao longo dos últimos anos, a companhia tem conseguido realizar parte destes créditos, comercializando-os com terceiros instalados na Bahia, com algum deságio. Por prudência foi então constituída provisão para parte do saldo da conta para a eventual venda com deságio desses créditos.

Dada a possibilidade de que o prazo para aproveitamento destes créditos ultrapasse um exercício social, parte do saldo foi reclassificado para o Realizável a Longo Prazo.

9. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido

(a) Reconciliação da despesa de IR e CSLL

Composição da Despesa de IRPJ e CSLL	Controladora e Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	92.025	24.348
(-) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(27.608)	(7.304)
Imposto de Renda e Contribuição Social alíquota de 34%	(21.902)	(5.795)
Adições e exclusões permanentes	(230)	516
Adições e exclusões temporárias	3.470	426
Juros sobre capital próprio	5.021	1.322
Incentivos fiscais	769	61
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.872)	(3.470)
Imposto Corrente	(22.180)	(1.084)
Imposto Diferido	9.308	(2.386)

(b) Composição do saldo do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 273 e Instrução CVM nº 371, a companhia possui registrados no Realizável a Longo Prazo ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, no montante de R\$ 19.838. O saldo dos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas consolidadas (Imposto de Renda e Contribuição Social), em 31 de dezembro de 2007 é representado por:

	Saldo Consolidado Dez/2007
Diferenças Temporárias, Representadas por:	
Provisão para Devedores Duvidosos	545
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.617
Provisão para Contingências Fiscais	4.115
Provisão para Perdas com Créditos Tributários	6.757
Ágio Amortizado	775
Outras Provisões	5.029
Total	19.838
Expectativa de Realização dos Créditos Tributários	
2008	4.558
2009	1.820
2010	1.575
2011	4.190
2012 em diante	7.695
Total	19.838

Não estão registrados no ativo os créditos fiscais decorrentes do prejuízo fiscal de R\$ 71.773 e da base negativa de R\$ 38.631.

A Companhia possui registrado no Exigível a Longo Prazo passivo fiscal diferido no valor de R\$ 3.472, decorrente do ganho de capital na venda da unidade fabril de Taubaté (Nota 24). O ganho de capital está sendo oferecido à tributação conforme o recebimento das parcelas da venda.

10. Valores a Receber

	Controladora e Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006
Títulos a Receber - Venda de Ativos	16.015	13.289
Títulos a Receber – Cessão de Direitos	8.122	-
Outros valores a receber	760	1.185
Total	24.897	14.474

11. Investimentos

Principais dados dos investimentos avaliados pelo MEP e custo em 31 de dezembro :

	Dez/2007	Dez/2006
a) Avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial		
CASTLETOWN Trading S.A.		
Patrimônio Líquido	1.401	
Quantidade de Ações Possuídas (Lote de Mil)	7.350	
Participação (%)	100	
Resultado da Equivalência Patrimonial	(246)	
Total dos Investimentos avaliados pelo MEP	1.155	
b) Avaliados pelo Método de Custo		
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo	6.327	
Total	7.482	

12. Imobilizado

Imobilizado	Taxas Anuais de depreciação	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
		Dez/2007		Dez/2006	
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos		11.111	-	11.111	11.111
Construções	4%	55.286	(29.208)	26.078	27.366
Equipamentos e instalações (i)	5% a 10%	314.150	(168.082)	146.068	141.506
Imobilizado em andamento		23.564	-	23.564	24.067
Equipamentos Informática e software	20%	4.304	(2.835)	1.469	1.579
Móveis e Utensílios	10%	6.274	(4.616)	1.658	1.474
Veículos	20%	2.045	(1.146)	899	888
Outros ativos	10% e 20%	23	(9)	14	99
Total		416.757	(205.896)	210.861	208.090

(i) A depreciação dos equipamentos e instalações industriais é variável em função dos volumes de produção, o ano.

13. Diferido e Ágio a Amortizar

	Controladora e Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006
DIFERIDO		
Despesas pré-operacionais :		
Projetos em operação	88.476	87.283
Amortizações	(78.256)	(75.436)
Saldo líquido	10.220	11.847
Projetos em andamento	3.812	4.767
Total	14.032	16.614
ÁGIO A AMORTIZAR		
Ágio/Deságio Aquisição de Investimentos	53.072	53.072
Amortização do Ágio/Deságio	(29.615)	(24.314)
Total	23.457	28.758

14. Impostos e Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006	Dez/2007	Dez/2006
Impostos a pagar	3.851	2.955	3.851	2.955
Encargos sociais a pagar	1.437	1.453	1.437	1.453
Comissões a pagar	1.088	1.287	308	343
Provisões diversas	7.100	2.701	7.100	2.701
Outras contas a pagar	681	737	734	794
Total	14.157	9.133	13.430	8.246

15 Instituições Financeiras

Os financiamentos, referentes a investimentos em ampliação e modernização das instalações e capital de giro, têm as seguintes características:

Modalidade	Encargos %	Garantias	Amortização	Término	Dez/2007		Dez/2006	
					Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
FINAME – BNDES	TJLP + 3,50 a 6,50 aa.	Nota promissória	Mensal	15/10/2007	-	-	20	-
POC - BNDES	TJLP + CESTAS MOEDAS + 3,35 a 5,35 aa.	Nota promissória	Mensal	15/05/2009	1.963	1.761	4.001	3.696
MODERMAQ – FINAME	10,95 aa.	Alienação fiduciária	Mensal	15/10/2010	104	178	105	280
BNDES	TJLP + CESTAS MOEDAS + 2,625 a 3,85 aa.	Fiança e aval	Mensal e Semestral	15/01/2010	35.858	33.448	15.751	55.568
EXIM	TJLP + 3,00 aa.	Nota promissória	Mensal	15/12/2007	-	-	6.643	-
EXIM – MOEDA ESTRANGEIRA	US\$ + 10,31 aa.	Nota promissória	Mensal	15/12/2007	-	-	1.529	-
CÉDULA CRÉDITO INDUSTRIAL – BNB	9,775 aa.	Alienação fiduciária	Mensal	28/12/2010	1.281	9.349	16	17.015
COMPROR	CDI + 0,09 am.	Nota promissória	Auto Liquidável		4.071	-	2.198	-
Total Controladora e Consolidado					43.277	44.736	30.263	76.559

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006
2008	-	39.575
2009	36.313	30.705
2010 em diante	8.423	6.279
Total	44.736	76.559

Para financiar a continuidade futura dos programas de modernização, racionalização e automação para o aumento da produtividade e redução dos custos operacionais, foi obtido junto ao BNDES linha de crédito de longo prazo de R\$ 116.681. O contrato foi assinado em 06 de dezembro de 2007 com amortização mensal, carência de 24 meses, limite do crédito de dois anos e amortização máxima de 96 meses. O montante será disponibilizado durante o exercício de 2008.

16. Dividendos e Participações

	Controladora e Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006
Juros sobre capital próprio	11.637	4.874
Participações administradores	2.958	1.357
Participações empregados	3.288	635
Total	17.883	6.866

17. Impostos a Pagar Longo Prazo e Provisão para Contingências

A companhia mantém no Exigível a Longo Prazo como Impostos a Pagar, 100% do valor dos tributos não recolhidos em função de medidas judiciais, devidamente atualizados monetariamente e provisões suficientes para cobrir eventuais perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas em um primeiro momento como prováveis. No quadro abaixo o montante dessas contingências, suas provisões e depósitos judiciais:

(a) Impostos a Pagar Longo Prazo

	Controladora e Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006
PIS e COFINS	33.500	28.899
COFINS e Salário Educação	16.097	16.097
(-) Depósito Judicial	(16.097)	(16.097)
IRPJ e CSLL	6.808	6.577
Outros	6.588	6.456
(-) Depósito Judicial	(3.752)	(3.752)
Total Impostos a Pagar Longo Prazo	62.993	58.029
Total Depósito Judicial	(19.849)	(19.849)
Total Líquido	43.144	38.180

(b) Provisão para Contingências

	Controladora e Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006
Trabalhistas e Cíveis	12.401	10.641
Tributário	13.810	13.292
Total depósito judicial	(2.049)	(1.321)
Total Líquido	24.162	22.612

Impostos a Pagar Longo Prazo

A companhia compensou créditos decorrentes de ação judicial questionando a constitucionalidade dos decretos-lei 2445 e 2449 de 1988 que alteraram a forma de apuração do PIS, mantendo estas compensações provisionadas e devidamente atualizadas no seu Exigível a Longo Prazo, no montante de R\$ 33.500.

Em decorrência de medidas judiciais questionando a legalidade da cobrança do diferencial de alíquota de 1% da COFINS e do Salário Educação, a Companhia depositou

judicialmente até o exercício findo em dezembro de 2007 o montante de R\$ 16.097 relativos a estes tributos que estão integralmente provisionados no seu Exigível a Longo Prazo.

A companhia compensou 100% de prejuízos fiscais e bases negativas no recolhimento de IRPJ e da CSLL, mantendo provisionadas e devidamente atualizadas no seu Exigível a Longo Prazo, no montante de R\$ 6.808.

Trabalhistas e Cíveis

A companhia mantém provisões em montante suficiente para cobertura das suas ações trabalhistas e cíveis classificadas como perda provável.

18. Capital Social

a) Grupamento de Ações

Em 5 de setembro de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária da Elekeiroz S.A. aprovou o grupamento das 629.703.409 ações escriturais representativas do capital subscrito e realizado da sociedade na proporção de 200 (duzentas) ações para cada 1 (uma) ação do capital após o grupamento, da mesma espécie e forma.

No período de 10.09.2007 a 09.10.2007, os acionistas ajustaram suas posições acionárias em lotes múltiplos de 200 (duzentas) ações.

b) Desdobramento de Ações e alteração do Capital Autorizado

Em 21 de novembro de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária da Elekeiroz S.A. aprovou o desdobramento em 900% das 3.148.517 ações escriturais representativas do capital subscrito e realizado, passando a 31.485.170 ações escriturais sem valor nominal, sendo 14.518.150 ordinárias e 16.967.020 preferenciais, sem alteração na expressão monetária do capital social.

Elevação dos limites do Capital Autorizado, de até 10.500.000 para até 105.000.000 de ações escriturais sem valor nominal, sendo 35.000.000 ordinárias e 70.000.000 preferenciais.

c) Capital subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2007 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 220.000, dividido em 31.485.170 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 14.518.150 ordinárias e 16.967.020 preferenciais sem direito a voto.

d) Características das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, terão as seguintes características:

- (a) prioridade, em relação às ações ordinárias, no recebimento do dividendo obrigatório;
- (b) dividendo, por ação preferencial, nunca inferior ao que for atribuído a cada ação ordinária;
- (c) participação nos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros;
- (d) prioridade, em relação às ações ordinárias, no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da companhia;
- (e) direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a que lhes assegure preço unitário igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle;
- (f) dividendo prioritário mínimo, anual e não cumulativo, de R\$ 0,10 por mil ações, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento.

19. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	Dez/2007
Lucro Líquido do Exercício	71.457
(-) Reserva Legal (5%)	(3.573)
(=) Base de cálculo	67.884
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	16.971
Dividendos Declarados no Exercício:	
Juros sobre o Capital Próprio	21.095
(-) IRRF	(3.164)
(=) Remuneração Líquida no Ano	17.931

Conforme facultado pela legislação e previsto no estatuto da empresa, o valor referente aos Juros sobre o Capital Próprio, líquido do imposto de renda, está sendo imputado ao valor do dividendo obrigatório. O valor bruto dos juros sobre o capital próprio é de R\$ 669,99 por lote de mil ações.

20. Resultado financeiro

O resultado financeiro é constituído das seguintes despesas e receitas financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	Dez/2007	Dez/2006	Dez/2007	Dez/2006
Receita Financeira	10.741	6.214	10.741	6.214
Varição Monetária e Cambial Ativa	9.282	6.349	9.282	6.349
Total Receita Financeira	20.023	12.563	20.023	12.563
Despesa Financeira	(15.653)	(16.757)	(15.653)	(16.757)
Varição Monetária e Cambial Passiva	(13.618)	(7.966)	(13.859)	(8.099)
Total Despesa Financeira	(29.271)	(24.723)	(29.512)	(24.856)
Resultado Financeiro Líquido	(9.248)	(12.160)	(9.489)	(12.293)

21. Instrumentos Financeiros

Considerando determinação da Instrução CVM nº 235/95, a Companhia procedeu a uma avaliação dos seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado,

concluindo que estes estão adequadamente demonstrados em razão dos motivos que se seguem:

Financiamentos de Curto e Longo Prazos: O valor contábil foi determinado utilizando-se as taxas de juros pactuadas junto às instituições financeiras, as quais refletem o valor de mercado, consideradas as condições e natureza dessas operações e o porte da Companhia, dentre outros.

Os principais riscos de mercado que afetam o negócio da companhia podem ser assim enumerados:

Risco de Crédito: As vendas da empresa apresentam baixa concentração, não havendo clientes representando mais de 5% do faturamento líquido. A companhia possui uma política de crédito que estabelece limites e prazos, dentro dos padrões de liquidez, que são determinados por diversos instrumentos de rating. Além da diversificação no mercado interno, uma parcela representativa de produtos é destinada ao mercado externo, seguindo o mesmo procedimento de avaliação de risco.

Risco de Câmbio: A Companhia tem participação expressiva de exportações nas suas receitas, e em consequência supre suas necessidades de capital de giro através de linhas de financiamento atreladas às exportações, dado que estas apresentam taxas e condições mais atraentes que as alternativas de financiamento de capital de giro em moeda local.

Risco de Preço: O setor químico brasileiro está altamente inserido no mercado globalizado, sendo os preços em geral fortemente influenciados pelas condições internacionais de oferta e demanda, com isso tanto nossos preços de vendas como nossas compras de matérias-primas, apresentam ciclos de altas praticamente simultâneos, preservando uma margem média que possibilita a sustentação do negócio.

Risco de Taxa de Juros: As captações são efetivadas com taxas de juros fixas, dentro de condições normais de mercado, e atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do balanço.

22. Plano de outorga de opções de ações e plano de previdência

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da companhia. O plano será administrado pelo Comitê de Opções Elekeiroz, composto por membros eleitos anualmente pelo Conselho de Administração. Até o encerramento destas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nos resultados da companhia.

A Elekeiroz S.A. oferece a todos os seus colaboradores a participação em um plano de previdência do tipo contribuição definida (Plano PAI-CD). O plano é administrado pela Fundação Itausa Industrial, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos da qual a companhia é uma das patrocinadoras. Pela natureza do plano, não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes do mesmo. O regulamento vigente prevê a participação da patrocinadora com 100% do montante aportado pelos funcionários, tendo resultado em contribuições de R\$ 1.681 no exercício de 2007 (R\$ 1.164 em 2006).

23. Cobertura de seguros

A administração considera ser suficiente o nível de cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros em vista da natureza dos bens da Companhia e dos riscos inerentes. Em 31 de dezembro de 2007, a cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do imobilizado e estoques é de R\$ 246.907 (R\$ 306.000 em 2006).

24. Resultado Não Operacional

A companhia concluiu o processo de venda da unidade industrial de Taubaté, no estado de São Paulo, iniciado em setembro de 2006, com a alienação em 01 de setembro de 2007 dos equipamentos que tinham sido excluídos do contrato de venda original.

Esta alienação gerou um ganho de capital de R\$ 3,5 milhões que está refletido no Resultado Não Operacional da Demonstração de Resultados da companhia.

Também em setembro a companhia paralisou as atividades da sua unidade produtora de Sulfeto de Carbono, produto que respondeu por aproximadamente 1% da receita líquida da companhia em 2006 e não apresentava contribuição positiva aos resultados. Os ativos remanescentes desta unidade, bem como os gastos para desmobilização dos mesmos estão integralmente provisionados no resultado do exercício.

25. Mudança da Legislação Societária Brasileira

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que modifica certos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976). Em termos gerais, a nova Lei requer a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil aos padrões contábeis internacionais derivados das normas emitidas pelo International Accounting Standard Board.

A companhia já adota a prática de divulgar a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, e está analisando os impactos das alterações introduzidas pela nova Lei referentes principalmente a contabilização de incentivos fiscais, ajuste a valor presente de ativos e passivos de longo prazo. As eventuais alterações serão reconhecidas no decorrer de 2008.

ANEXO 1 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODOS FINDOS (Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Ajustes no lucro líquido				
Lucro Líquido	71.457	18.828	71.457	18.828
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.308)	3.135	(9.308)	3.135
Depreciação e amortização	24.270	19.607	24.270	19.607
Equivalência patrimonial	246	144	-	-
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e investimentos	2.111	(9.289)	2.111	(9.289)
Amortização de ágio	5.300	5.300	5.300	5.300
Incentivos fiscais	7.820	1.000	7.820	1.000
Provisão para contingências	21.311	2.483	21.311	2.483
Decréscimo (acrécimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	413	(24.107)	414	(24.107)
Estoques	(19.548)	17.591	(19.548)	17.591
Depósitos judiciais	(703)	539	(703)	539
Demais contas a receber	13.247	12.046	13.247	12.046
Impostos a recuperar de Longo Prazo	(32.379)	(37.406)	(32.379)	(37.406)
Valores a receber de Longo Prazo	(8.923)	(7.560)	(8.923)	(7.560)
Acrécimo (decrécimo) em passivos				
Fornecedores	6.432	7.931	6.431	7.930
Impostos e obrigações trabalhistas	1.088	1.149	1.088	1.149
Demais contas a pagar	15.160	(8.037)	15.319	(7.939)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	97.994	3.354	97.907	3.307
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Participações societárias	(475)	(285)	(475)	(285)
Aquisição de imobilizado	(30.506)	(23.901)	(30.506)	(23.901)
Aumento de diferido	(247)	(1.574)	(247)	(1.574)
Receita de venda de ativos	4.183	15.162	4.183	15.162
Caixa usado nas atividades de investimentos	(27.045)	(10.598)	(27.045)	(10.598)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos - principal e juros	(18.896)	11.707	(18.809)	11.757
Distribuição de juros sobre capital próprio	(21.095)	(5.556)	(21.095)	(5.556)
Caixa usado nas atividades de financiamentos	(39.991)	6.151	(39.904)	6.201
Acrécimo (decrécimo) líquido em caixa e aplicações financeiras	30.958	(1.093)	30.958	(1.090)
Caixa e aplicações financeiras no início do exercício	40.940	42.033	40.943	42.033
Caixa e aplicações financeiras no final do exercício	71.898	40.940	71.901	40.943

ANEXO 2 – Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
1 RECEITAS	1.089.846	905.525	1.089.846	905.525
Vendas de produtos	1.083.377	897.085	1.083.377	897.085
Provisão para devedores duvidosos	(782)	(11)	(782)	(11)
Receitas operacionais e não operacionais	7.251	8.451	7.251	8.451
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	939.096	827.989	939.342	828.133
Matérias-primas consumidas	592.509	528.398	592.509	528.398
Custos dos produtos vendidos	253.116	243.146	253.116	243.146
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	93.471	56.445	93.717	56.589
3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	150.750	77.536	150.504	77.392
4 RETENÇÕES	29.570	24.907	29.570	24.907
Depreciação e amortização	24.270	19.607	24.270	19.607
Amortização de ágio	5.300	5.300	5.300	5.300
5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA (3 - 4)	121.180	52.629	120.934	52.485
6 VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	19.777	12.419	20.023	12.563
Resultado da equivalência patrimonial	(246)	(144)	-	-
Receitas financeiras	20.023	12.563	20.023	12.563
7 VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	140.957	65.048	140.957	65.048
8 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	140.957	65.048	140.957	65.048
Remuneração do trabalho	54.452	47.565	54.452	47.565
Remuneração do governo	6.556	(11.697)	6.556	(11.697)
Remuneração dos financiadores	8.492	10.352	8.492	10.352
Remuneração dos acionistas	21.095	5.556	21.095	5.556
Lucros retidos após a distribuição	50.362	13.272	50.362	13.272

